



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB  
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

ANEXO I  
ORIENTAÇÕES PARA O ENVIO CORRETO DA  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

[\*] CTPS – Modelo Antigo

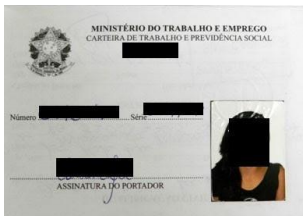
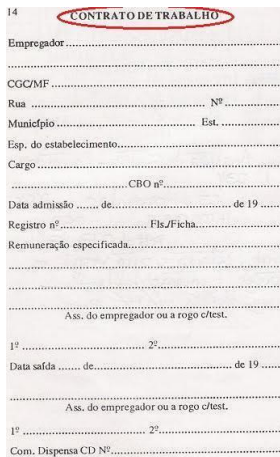

<p>1. Página da foto - obrigatória.</p> 	<p>3) Página do Contrato de Trabalho - obrigatória.</p> 
<p>2. Página da qualificação - obrigatória.</p> 	

Figura 1: Página de identificação. Fonte: Google;

Figura 2: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 3: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

[\*\*] CTPS – Modelo Novo




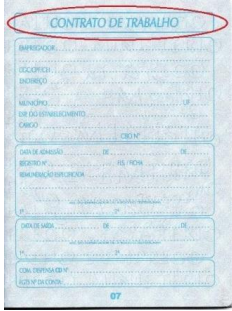



<p>1. Página da foto - obrigatória.</p> 	<p>3 )Página do Contrato de Trabalho - obrigatória.</p> 
<p>2. Página da Qualificação Civil - obrigatória.</p> 	

Figura 4: Página de identificação. Fonte: Google;


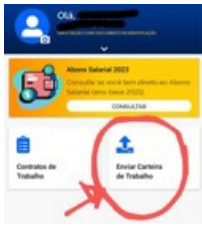



Figura 5: Página de qualificação civil. Fonte: Google;

Figura 6: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

[\*\*] CTPS - Modelo Digital

<p>1. Baixar e instalar o aplicativo (App): Carteira de Trabalho Digital.</p> 	<p>2. Ao acessar o App, ele vai solicitar que você faça login com sua conta gov.br</p> 
---	--



<p>3. Faça login com seu CPF e SENHA</p> 	<p>4. Na página inicial, você deverá “Enviar Carteira de Trabalho”</p> 
<p>5. Selecione a caixinha: “Todos os dados da carteira”</p> 	<p>6. Depois clique no ícone “PDF” no canto inferior direito da página</p> 
<p>7. Após clicar no ícone do PDF, abrirá na tela um PDF com a sua CTPS Digital</p> 	<p>8. Neste ponto, você ainda terá duas opções:</p> <p>8.1. <b>SALVAR</b> - você pode salvar no seu celular e, posteriormente inserir no SUAP;</p> <p>8.2. <b>ENVIAR</b> - você poderá enviar sua CTPS Digital para outro local, a exemplo de e-mail, whatsapp, etc.</p> <p>Por fim, cabe salientar que, no final do PDF gerado (ou seja, da sua CTPS Digital), na nota de rodapé há a seguinte informação:</p> <p><i>“Documento assinado digitalmente pela Dataprev em xx/xx/xxxx”.</i></p> <p>Esta data informada no documento deve estar atualizada, de acordo com os meses do Edital em questão.</p>



**ANEXO II**  
**MODELO DO EXTRATO DO BENEFÍCIO DO INSS**



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
Instituto Nacional do Seguro Social

**INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**Histórico de Créditos**

Página 2 de 3

28/01/2021 13:21:23

**Identificação do Filiado**

**NIT:**

**CPF:**

**Data de Nascimento:** 29/01/1949

**Nome:**

**Nome da mãe:**

**Compet. Inicial:** 08/2020

**Compet. Final:** 01/2021

303	ABATIMENTO A BENEFICIÁRIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
10/2020	01/10/2020 a 31/10/2020	R\$ 1.045,00		Pago	06/11/2020	06/11/2020	Não	Não

Banco: OP: Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 10/10/2020 Origem: Maciça Validade Início: 06/11/2020 Fim: 30/12/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERÍODO	R\$ 1.045,00
303	ABATIMENTO A BENEFICIÁRIO MAIOR 65 ANOS	R\$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,49
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R\$ 52,25



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO CONJUGAL DO RESPONSÁVEL FAMILIAR**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-  
\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de  
\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_; DECLARO para os devidos fins de direito que minha situação conjugal é:

( ) Casado/a

( ) União Estável (morando junto com companheiro/a)

( ) Solteiro/a; Divorciado/a; Viúvo/a

( ) Outro: \_\_\_\_\_

Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
cidade dia mês ano

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-  
\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; **DECLARO** para os devidos fins de direito que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Eu \_\_\_\_\_ (locador), inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_ DECLARO ser isento(a) da apresentação da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) nos exercícios (anos), por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas instruções normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB Nº 1548/2015 e com a Lei Nº 7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE TRABALHO/ EMPREGO (OU SITUAÇÃO DE DESEMPREGO)**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, residente na(o) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ **DECLARO** para os devidos fins que minha situação atual de trabalho/ emprego é a seguinte (marque apenas 1 opção de acordo com a sua situação):

( ☐ ) **Trabalho autônomo (SEM contribuição previdenciária - INSS)**, com renda **mensal** no valor de R\$ \_\_\_\_\_, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): \_\_\_\_\_;

( ☐ ) **Trabalho como profissional liberal (COM contribuição previdenciária - INSS)**, com renda **mensal** no valor de R\$ \_\_\_\_\_, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): \_\_\_\_\_;

( ☐ ) **Trabalho informal (bicos)**, com renda **mensal** no valor de R\$ \_\_\_\_\_, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): \_\_\_\_\_;

( ☐ ) **Agricultura/trabalho rural/pesca artesanal**, com renda **mensal** no valor de R\$ \_\_\_\_\_, trabalhando com/como (informe qual atividade desenvolve): \_\_\_\_\_;

( ☐ ) **Agricultura de subsistência/pesca de subsistência**, SEM RENDIMENTO proveniente dessa atividade, e o meu sustento provém de (informe): \_\_\_\_\_;

( ☐ ) **Estou desempregado(a)**, não desempenho nenhuma atividade remunerada no momento, e o meu sustento provém de (informe): \_\_\_\_\_.

Estou ciente de que as informações prestadas neste documento são de minha inteira responsabilidade, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante



**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA\***

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; **DECLARO** para os devidos fins que recebo de \_\_\_\_\_ (*nome completo da pessoa que paga a pensão*) a quantia de R\$ \_\_\_\_\_, a título de pensão alimentícia em favor de \_\_\_\_\_ (*nome do filho(a) ou dependente*). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.\*\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

Assinatura do declarante

*\*O recebimento de pensão alimentícia pode ser tanto aquele determinado pela justiça no momento do divórcio dos genitores, quanto aquele pago informalmente a título de contribuição financeira para a subsistência do/ a filho/a.*

*\*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA**

Eu \_\_\_\_\_ (quem presta o auxílio financeiro), inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; **DECLARO** para os devidos fins de direito que ajudo financeiramente o/a Sr/a. \_\_\_\_\_ com o valor mensal aproximado de R\$ \_\_\_\_\_.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
cidade dia mês ano

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

(aquele que ajuda financeiramente)

\_\_\_\_\_  
*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.*



**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAMENTO ATÉ O CAMPUS**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO para os devidos fins de direito que o (a) estudante \_\_\_\_\_ utiliza o(s) seguinte(s) meio(s) de transporte para se deslocar para o IFPB Campus Picuí:

( ) Transporte pago (ônibus, táxi, moto-táxi, veículos de transporte por aplicativos, transporte escolar, etc.), com custo médio mensal de R\$ \_\_\_\_\_.

( ) Transporte próprio (carro, moto ou similares).

( ) À pé ou de bicicleta.

( ) Transporte gratuito.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE MOBILIDADE ESTUDANTIL**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_; DECLARO para os devidos fins de direito que minha família reside no município de \_\_\_\_\_, conforme comprovante de residência em anexo; e que eu, em virtude do curso que faço no IFPB Campus Picuí, encontro-me residindo no município de \_\_\_\_\_, em imóvel localizado na Rua/Av. \_\_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_, conforme comprovante também em anexo.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO XI**  
**DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO**

Eu \_\_\_\_\_ (quem cede o imóvel), inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de  
\_\_\_\_\_; DECLARO para os devidos fins de direito que cedi o imóvel localizado na Rua/Av.  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_ para  
uso do(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ e sua família, sem a cobrança de nenhum valor.  
Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO XII**  
**DECLARAÇÃO DE IMÓVEL ALUGADO**

Eu \_\_\_\_\_ (locador), inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, que ALUGO ATUALMENTE o imóvel situado à Rua/Av: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ para o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (locatário), RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ até os dias atuais, pelo valor mensal de R\$\_\_\_\_\_.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro.\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO XIII**  
**DECLARAÇÃO DE GRAU DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL FAMILIAR**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, responsável pela família do estudante \_\_\_\_\_, residente na Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO para os devidos fins de direito que

meu grau de escolaridade é:

- ( ) Não alfabetizado
- ( ) Ensino Fundamental incompleto
- ( ) Ensino Fundamental completo
- ( ) Ensino Médio incompleto
- ( ) Ensino Médio completo
- ( ) Ensino Superior incompleto/cursando
- ( ) Ensino Superior completo/ Graduação concluída
- ( ) Pós-graduação

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
*cidade dia mês ano*

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO XIV**  
**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**  
**(PARA ESTUDANTE QUILOMBOLA, INDÍGENA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS)**

A liderança comunitária abaixo identificada, DECLARA, para os devidos fins de direito que o(a) estudante \_\_\_\_\_ (nome completo), cadastrado(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, é pertencente ao povo ou comunidade tradicional \_\_\_\_\_ (nome do povo ou comunidade tradicional\*), localizada no município \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_.

Por ser expressão da verdade, firmo e dato a presente declaração\*\*.

\_\_\_\_\_  
Local e data (Informar a Cidade, a UF e o dia, mês e ano da emissão)

Nome completo da liderança: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\*Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidos nacionalmente são: andirobeiros; apanhadores de flores sempre vivas; caatingueiros; caiçaras; catadores de mangaba; cipozeiros; povos ciganos; comunidades de fundo e fecho de pasto; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; faxinalenses; geraizeiros; ilhéus; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; povo pomerano; povos indígenas; benzedeiros; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; quebradeiras de coco babaçu; raizeiros; retireiros do Araguaia; ribeirinhos; vazanteiros; veredeiros; caboclos; juventude de povos e comunidades tradicionais. (Conforme Decreto nº 8.750/2016, atualizado pelo Decreto nº 11.481/2023).

\*\*O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**ANEXO XV**  
**DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ESTRANGEIRO(A) E/OU REFUGIADO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, nascido(a) na cidade \_\_\_\_\_, no País \_\_\_\_\_, portador(a) do passaporte nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que me encontro em:

**1. Situação de Refugiado/Estrangeiro:**

- ( ) Sou um refugiado reconhecido, conforme a Lei nº 9.474/1997 .  
( ) Sou um estrangeiro que se encontra no Brasil sob o regime de proteção temporária conforme a Lei nº 13.445/2017.

**2. Motivo da Situação:**

- ( ) Encontro-me no Brasil sob um visto de estudante, conforme regulamentações da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).  
( ) Fui forçado a deixar meu país de origem devido a perseguições políticas, conflitos armados, violação dos direitos humanos, ou outras circunstâncias que afetam minha segurança e integridade.  
( ) Encontro-me no Brasil por motivos de proteção temporária devido a (especificar a razão, como uma crise humanitária ou situações emergenciais) \_\_\_\_\_  
( ) Outras: \_\_\_\_\_

**3. Situação Atual:**

- ( ) Atualmente, resido em \_\_\_\_\_, e estou sob o processo de regularização perante as autoridades competentes do Brasil.  
( ) Possuo os documentos necessários para comprovar minha condição de refugiado/estrangeiro.  
( ) Outras: \_\_\_\_\_

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
cidade dia mês ano

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante (responsável maior de 18 anos)

\*O modelo de declaração para estrangeiros e refugiados está de acordo com as leis e regulamentações brasileiras, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/1997).



ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE ESTUDANTE ORIUNDO(A) DE ENTIDADE OU ABRIGO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NÃO ADOTADO(A) EM IDADE DE SAÍDA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que fui acolhido(a) em (Nome da Entidade/Abrigo) \_\_\_\_\_ localizada em \_\_\_\_\_, onde permaneci sob cuidados institucionais e não fui adotado(a) em idade de saída.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
cidade dia mês ano

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

Documento assinado eletronicamente por:

■ Jose Hermano Cavalcanti Filho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PC, em 25/03/2025 12:22:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 687787  
Verificador: 8b1814ae33  
Código de Autenticação:



PB 151, S/N, Cenecista, PICUÍ / PB, CEP 58187-000  
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3371-2727